
DINÂMICA GEOGRÁFICA DOS DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL NO ESTADO DO PARÁ

GEOGRAPHICAL DYNAMICS OF STATE OF PARÁ'S OCCASIONAL HOUSEHOULDS

Luiz Henrique Almeida Gusmão¹

<https://orcid.org/0000-0003-1801-1464>
<http://lattes.cnpq.br/3943244132008030>

Marco Aurélio Arbage Lobo²

<https://orcid.org/0000-0002-3366-4992>
<http://lattes.cnpq.br/67694300330686533>

Daniel Araújo Sombra Soares³

<https://orcid.org/0000-0002-5208-2429>
<http://lattes.cnpq.br/6446474471044694>

Recebido em: 05 de maio de 2021

Aceito em: 17 de março de 2021

RESUMO: O Pará é um dos estados com a maior quantidade de domicílios de uso ocasional da Amazônia cujos usos estão associados às atividades de lazer e de turismo. O presente trabalho objetiva analisar a dinâmica geográfica dos domicílios de uso ocasional no estado do Pará, a fim de visualizar e compreender as mudanças ocorridas entre 2000 e 2010. Para alcançar o objetivo recorreu-se aos dados do Censo Demográfico do IBGE. Os dados foram organizados e processados em Sistema de Informação Geográfica para representá-los em mapas temáticos. Realizou-se também pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema. Os resultados mostram: *a*) aumento do número de municípios costeiros entre aqueles com maior presença de domicílios de uso ocasional; *b*) maior proporção desses domicílios nos municípios da zona costeira paraense; e, *c*) maior acréscimo absoluto deles em Belém, Salinópolis, Marapanim, Parauapebas e Santarém.

Palavras-chave: Domicílios de uso ocasional; Turismo; Zona Costeira.

ABSTRACT: The State of Pará has a considerable number of homes for occasional use in the Brazilian Amazon whose uses are associated with leisure and tourism activities. The present work aims to analyze the state of Pará's occasional households' geographic dynamics in order to visualize and understand the changes that occurred between 2000 and 2010. To reach this goal, by one hand we use data from IBGE's demographic census. Later, we arranged and processed data in Geographic Information System to represent them in thematic maps. By other hand, we made bibliographical and documentary research about this matter. Outcomes show: *a*) an increase in the number of coastal munic-

¹ Analista em Processamento de Imagens Orbitais no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano pela Universidade da Amazônia (UNAMA); Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: luizgusmao.geo@gmail.com.

² Analista de Informações do IBGE. Doutor em Desenvolvimento Socioambiental (UFPA). Membro do grupo Mercado Imobiliário em Centros Históricos. E-mail: lobo2502@gmail.com.

³ Geógrafo da Universidade Federal do Pará. Doutor em Geografia pela UFPA. Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do grupo GPSA-Amazônias. E-mail: dsombra@ufpa.br.

ipalities among those with a higher presence of households for occasional use; *b*) greater proportion of these households in the Pará coastal zone; and, *c*) greater absolute increase in the municipalities of Belém, Salinópolis, Marapanim, Parauapebas and Santarém.

Keywords: Occasional use addresses; Tourism; Costal area.

1 INTRODUÇÃO

Os domicílios do uso ocasional são caracterizados como aqueles de caráter particular permanente que na data de referência serviam eventualmente de moradia e são utilizados para descanso de fim de semana, férias ou outra finalidade (IBGE, 2016). São habitações ligadas ao lazer, que servem de hospedagem temporariamente para pessoas que possuem seu domicílio permanente em outro lugar (TULIK, 1995; ASSIS, 2012; SABINO, 2012), mas também são reconhecidos como alojamentos turísticos por outros autores.

A expansão dos domicílios de uso ocasional tem ocorrido em várias cidades brasileiras, mas sobretudo naquelas com características e atrativos desejados pelas classes mais abastadas da sociedade. Rodrigues (1999) afirma que a demanda turística é originária, na sua maioria, dos grandes centros urbanos, especialmente das metrópoles, onde estão concentrados os trabalhadores da classe média e da classe alta, que providos de tempo e dinheiro, se dirigem aos destinos turísticos com maior frequência. A combinação de renda excedente de segmentos específicos da sociedade, atratividade turística de cidades, melhoria e expansão da infraestrutura têm favorecido o crescimento desse tipo de domicílio no estado do Pará, assim como no restante do país.

Esses domicílios, também conhecidos como segundas residências, têm modificado radicalmente aspectos socioculturais e ambientais nas últimas décadas, o que desperta o interesse de geógrafos por esse fenômeno. A crescente construção de domicílios de uso ocasional está relacionada aos vilegiaturistas urbanos residentes nas capitais, cujo resultado é a inclusão do litoral à lógica da urbanização para o lazer (PEREIRA, 2014) e de outras áreas cobiçadas. Assim, vários trechos e cidades do litoral brasileiro vêm sendo modificadas através das segundas residências, tal como pela infraestrutura de suporte ao desenvolvimento da vilegiatura marítima e do turismo. Tal conjuntura é mais forte nas cidades litorâneas do Sul, Sudeste e Nordeste brasileiro (SABINO, 2012; PEREIRA, 2014). Contudo, algumas cidades da Região Norte também têm experimentado alterações substanciais ao longo dos anos, sobretudo aquelas do estado do Pará.

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo analisar a dinâmica geográfica dos domicílios de uso ocasional do estado do Pará entre os anos de 2000 e 2010, com auxílio de ferramentas de geoprocessamento e produção de mapas temáticos, a fim de visualizar e compreender a organização espacial desse tipo de domicílio.

2 DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL E AS PAISAGENS TURÍSTICAS

O termo “domicílio de uso ocasional” é o utilizado nas pesquisas do Censo Demográfico pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) para designar o tipo de uso temporário e de lazer. Como sinônimo, muitos utilizam o termo “segunda residência”. Costa, Lopes e Rodrigues (2017) afirmam que há diferentes terminologias para “segunda residência” como: residência secundária e alojamento de uso sazonal. A diversidade de motivações e de localizações desses domicílios justificam diferentes denominações como “casas de praia”, “casas de

férias”, “casas de temporada”, “casas de campo” etc. (COSTA, LOPES e RODRIGUES, 2017; ASSIS, 2012; SABINO, 2012). Independentemente do termo, a temporalidade do uso pelos seus proprietários e usuários é uma marca desse tipo de imóvel.

Para Larrabure (2009, p. 100): “A intenção de se possuir uma segunda residência está ligada à necessidade do gozo do tempo livre, sendo destinada para atividades de ócio, recreação e esparecimento”. Ainda segundo a autora, a aquisição de uma segunda residência requer renda excedente para os custos com o imóvel; meio de transporte para deslocamento e está associada ao turismo das classes mais abastadas da sociedade (LARRABURE, 2009). Ou seja, a concentração de domicílios de uso ocasional em determinado espaço está atrelada às condições da infraestrutura do local e aos atrativos turísticos que despertam interesse das elites econômicas.

Segundo Kiyotani (2012, p.6): “É comum que os usuários das segundas residências residem em um raio de distância que possibilite rápido deslocamento até a sua residência de lazer”. Normalmente esses percursos ocorrem por rodovias com uso de transporte particular. O deslocamento até a segunda residência também está relacionado à busca por algo que o lugar oferece, como atrativos naturais, culturais e outros aspectos.

Para Sabino (2012), o proprietário de um domicílio de uso ocasional tem vínculo territorial forte com o lugar visitado, apesar do uso sazonal do local. A relação afetiva com o lugar desencadeia frequentes deslocamentos entre o imóvel principal e a segunda residência. Ademais, esse tipo de viagem ocorre sobretudo aos finais de semana, nas férias prolongadas e feriados, quando a disponibilidade do tempo livre é maior. A necessidade de construir uma segunda residência representa um novo olhar sobre o cotidiano, as práticas de sociabilidade (PEREIRA, 2014) e o desfrute do tempo livre para além do seu lugar de moradia. Criam-se hábitos, necessidades e desejos atrelados às características do espaço onde a residência está localizada.

Ao considerar a segunda residência como um alojamento turístico, não necessariamente os usuários não proprietários residem nas adjacências, principalmente quando se considera o interesse dos turistas de outras regiões e de municípios mais longínquos no imóvel. Logo, a concepção de distância entre o imóvel de moradia e o imóvel do lazer; o tempo livre disponível para viajar e aproveitar a segunda residência; e o poder de consumo, dependem da perspectiva do usuário da segunda residência: ou do proprietário-usuário ou do usuário não-proprietário.

Os proprietários de segundas residências possuem múltiplos territórios, pois segundo Hoesbaert (2005, p. 13): “A multiterritorialidade também é visível através do caráter de classe ‘internacional’, tanto no sentido de internacionalização da vida profissional e de negócios quanto de lazer”. Assim, o uso da segunda residência, apesar de sazonal, se constitui em uma extensão do cotidiano, do lazer e de negócios, que poucos têm condições de construir e usufruir. Entrementes, uma dimensão que não está plenamente acessível à grande fração da população brasileira, cuja situação de renda é baixa.

Para Castells (2002, p. 41): “Em um mundo de fluxos globais de riqueza, poder e imagens, a busca da identidade, coletiva ou individual, atribuída ou construída, torna-se a fonte básica de significado social”. Sob esse viés, os municípios com atrativos e equipamentos turísticos associam o turismo à dinâmica de construção de uma identidade socioespacial para atrair fluxos, tanto no cenário nacional quanto internacional. Ocorre um enaltecimento de aspectos isolados ou conjugados, como a cultura, o patrimônio, a natureza, a gastronomia, dentre outros, com o intuito de atrair excursionistas, turistas e promotores imobiliários. Perfazem, assim, etapas do processo de reprodução, produção e consumo do espaço.

Uma das dimensões mais utilizadas para a venda do espaço é a veiculação de publicidade sobre as paisagens. A publicização de paisagens turísticas – realizada por agências de turismo; por microempresas e empreendedores do ramo; pelas redes hoteleiras; por proprietários de meios de hospedagem; pelas secretarias de turismo e até pelos governos estaduais e federal – contribui para construção de uma *psicosfera* do lazer e do turismo, sobretudo onde há grande número de domicílios de uso ocasional e meios de hospedagem.

Por outro lado, em uma formação socioespacial como a brasileira, a qual passou por uma acelerada urbanização, em forma de *periferização*⁴ (SANTOS, 2010), provocada, principalmente por um grande êxodo rural e uma enorme concentração fundiária no espaço agrário, o apelo do “retorno à natureza” ganha uma nova dimensão. Em 2010, 84,3% da população brasileira possuía situação de moradia urbana, enquanto para a Região Norte esse percentual era de 55,7%. A qualidade de vida nas cidades brasileiras, e em particular nas amazônicas, com relação a saneamento básico, mobilidade urbana, segurança e outros serviços básicos não está em boa situação (FENZL *et al.*, no prelo). Esses elementos reforçam o apelo ao turismo e a *vilegiatura* com o objetivo de fugir do cotidiano das metrópoles e cidades médias.

Tulik (2001) afirma que as segundas residências também podem ser sítios, chácaras, chalés, cabanas, ranchos, casa de temporada, dentre outros; muitos desses, típicos dos espaços rurais. Nesse contexto, aspectos associados à vida no campo e ao contato mais próximo da natureza são buscados por aqueles que preferem construir segundas residências nesses lugares. Independentemente do local escolhido por aqueles que têm condições de construir esse tipo de imóvel, Silveira (2002) diz que a produção de lugares turísticos está atrelada a um discurso baseado na fetichização de paisagens e de partes do território. Rolnik (2015) ressalta que hegemonicamente o turismo é um dos vetores de especulação do solo urbano e aumento da *gentrificação*.

Conforme Sotratti (2011, p. 252, grifo nosso): “As paisagens turísticas são valorizadas permanentemente e diferentemente, uma vez que a publicidade, os modismos e as estratégias de mercados são alimentados pela *psicosfera* num determinado momento histórico”. Logo, imagens selecionadas de cidades turísticas são utilizadas como marketing, com o propósito de atrair potenciais visitantes. Em alguns casos, essa situação propicia o início ou a expansão de segundas residências, principalmente naqueles lugares cuja atividade turística ou de lazer já está consolidada.

O crescimento vertiginoso de segundas residências em uma cidade contribui para que essa tenha duplo comportamento; um na baixa temporada, com poucos moradores e menor receita; e outro na alta estação, cuja população expande-se significativamente (NUNES, 2016), assim como a demanda por serviços e produtos variados. Esse cenário torna muito complexa a gestão municipal em alguns lugares, pois há que se gerir um espaço de uso dos habitantes, e que se transforma bruscamente em alta estação, havendo que eleger prioridades para o estabelecimento de infraestruturas e serviços, como por exemplo o sistema de transportes e a rede hospitalar. Além disso, cidades com forte presença de segundas residências atraem grande número de visitantes, cujo intuito é desfrutar as paisagens naturais ou construídas, assim como

⁴ A concentração fundiária rural e de solo urbano, além da franca privatização espacial em detrimento de espaços comuns tem sido uma característica em comum nos espaços urbano e rural brasileiros, em geral, e, em particular na Amazônia paraense. Consultar para Gusmão e Soares (2017) para os índices de desigualdade socioespacial em Belém, e Sombra *et al.* (2018) para a compreensão da estruturação desse processo histórico. Consultar Soares (2016) e Piraux *et al.* (2019) para um panorama no espaço agrário na hinterlândia de Belém.

consumir os bens e os serviços voltados ao lazer e ao turismo.

Conforme Arrais (2014), parte-se da hipótese que os polos metropolitanos operam o controle fundiário e imobiliário para a segunda residência nos municípios periféricos. Essa afirmativa está relacionada ao maior rendimento médio mensal por aqueles que vivem nas capitais brasileiras do que nas pequenas e médias cidades, assim como a maior quantidade de pessoas nas classes mais abastadas. Nesse caso, o fator renda é o que diferencia a capacidade de construir e manter uma segunda residência (LARRABURE, 2009; SABINO, 2012; ASSIS, 2012; KIYOTANI, 2012; ARRAIS, 2014; COSTA, LOPES e RODRIGUES, 2017). Lopes Junior (2015, p. 29) afirma que:

“[...] a presença de uma grande quantidade de imóveis de segunda residência pode acarretar uma inflação no preço dos imóveis gerando uma especulação imobiliária expressiva, de modo que se tornam precárias as condições de moradia acessível para grande parte da população local”.

O autor também afirma que a abundância de segundas residências pode favorecer o processo de favelização e de segregação espacial nas cidades turísticas (LOPES JUNIOR, 2015). Dessa forma, a construção de segundas residências pode elevar significativamente o valor da terra, especialmente em locais privilegiados e cobiçados, como aqueles próximos às praias. Os proprietários das segundas residências também podem impulsionar a segregação socioespacial em lugares turísticos, ao conceber bairros e zonas subordinados ao lazer.

No Brasil, há exemplos bastante expressivos, como os bairros de Praia Vermelha (Ubatuba/SP), Mato Dentro do Lajeado (Atibaia/SP), Ponta do Partido (Angra dos Reis/RJ), Cidade Bíblica (Angra dos Reis/RJ), Praia Grande (Ubatuba/SP), Igarapiapunha (Iguaba Grande/RJ), Imara (Imbé/RS), Santa Teresinha Norte (Imbé/RS), Ponta da Cruz (Angra dos Reis/RJ) e Marisul (Imbé/RS), todos com mais de 86,9% de seus domicílios classificados como uso ocasional (IBGE, 2010), ou segundas residências.

Segundo os dados do IBGE (2010), na Amazônia Legal, os bairros com essas características são mais expressivos no município de Belém/PA, mais precisamente no Distrito de Mosqueiro que tem nove dos dez maiores representantes. São eles, em ordem decrescente: Farol, Marahu, Paraíso, Chapéu Virado, Praia Grande, Ariramba, Porto Arthur, Murubira, Sítio de Recreio Elerica (um bairro de Rondonópolis/MT) e Vila. Todos possuem mais de 54,2% dos seus imóveis classificados como domicílios de uso ocasional (IBGE, 2010). Então, há espaços dentro das cidades cujos domicílios são ocupados de modo ocasional o ano inteiro e com finalidade predominantemente de lazer.

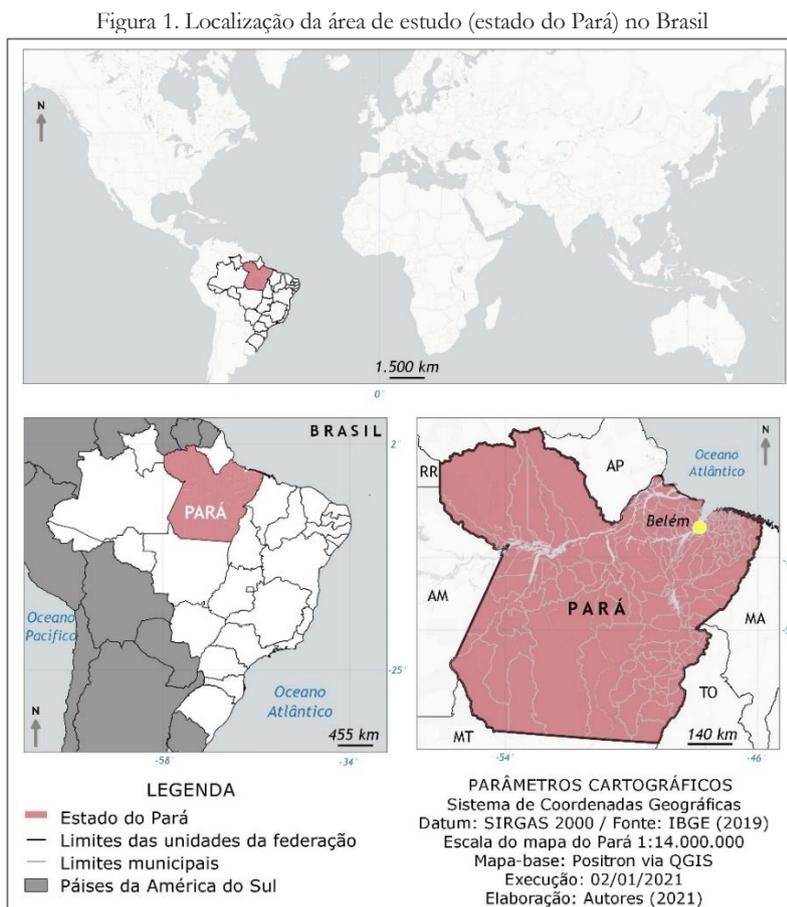
3 MATERIAIS E MÉTODOS

Para analisar a dinâmica geográfica dos domicílios de uso ocasional do estado do Pará, recorreu-se aos dados sobre o tema no Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA do Censo Demográfico de 2000 e de 2010. Foram realizados *downloads* das respectivas informações – números absolutos e relativos – em nível de município no formato *xlsx* (*Microsoft Excel*), para depois acrescentá-las em Sistema de Informação Geográfica (SIG). Foi utilizado um *software* de geoprocessamento de código aberto (QGIS 2.18) para armazenar e processar os dados geográficos, assim como representá-los em mapas temáticos através dos métodos coroplético e de figuras proporcionais, propostos por MARTINELLI (2011). Por último, al-

gumas tabelas foram confeccionadas para organizar os dados com uso do *software* Excel.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

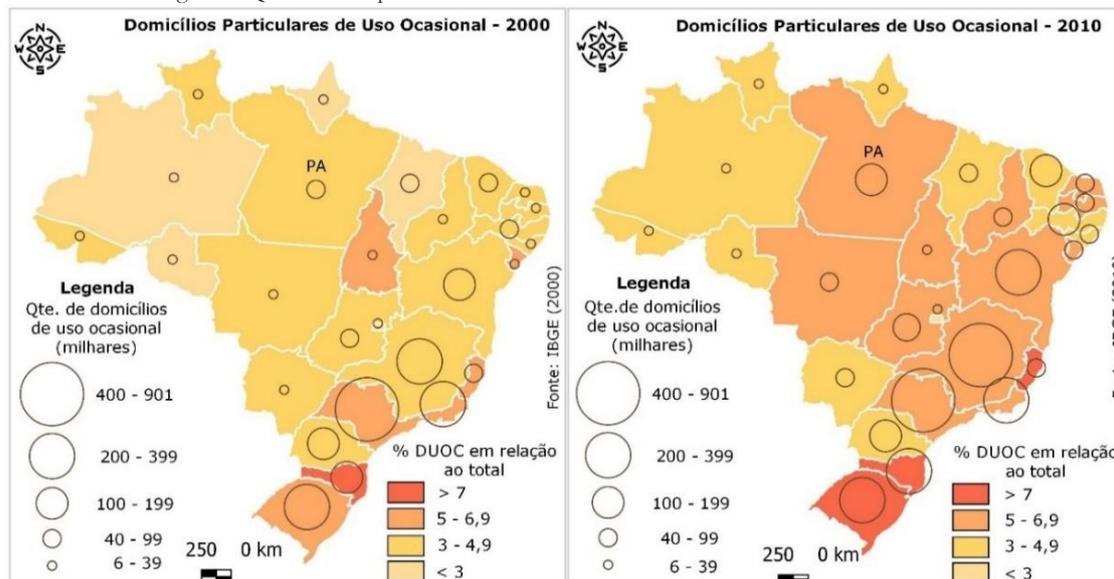
O estado do Pará (Figura 1) está localizado na Região Norte do Brasil. É constituído por 144 municípios e a população foi estimada em 8,6 milhões de habitantes em 2019 (IBGE, 2019).



Fonte: Elaboração própria

O Pará possuía 65.332 domicílios de uso ocasional no ano de 2000 (IBGE, 2000), número que aumentou para 109.085 no ano de 2010 (IBGE, 2010), cuja variação positiva foi de 67%. Em números absolutos, entre as 27 unidades da federação, o Pará estava em 12º na quantidade desse tipo de domicílio do país no ano de 2010 (IBGE, 2010). Contudo, em valores relativos, cerca de 5% dos domicílios do Pará eram dessa tipologia – 16º do país entre as 27 unidades da federação – (IBGE, 2010), atrás dos estados das regiões Sul, Sudeste e parte do Nordeste, cuja presença desses domicílios era mais intensa (Figura 2).

Figura 2. Quantidade e percentual de domicílios de uso ocasional no ano de 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (2000, 2010)

A figura 2 destaca que os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo possuíam em 2010, as maiores proporções de domicílios de uso ocasional do país⁵. É visível a expansão do fenômeno dos domicílios de uso ocasional por todo o país entre 2000 e 2010. Na Região Norte, o estado do Pará possuía a maior quantidade desses domicílios em números absolutos e o 2º maior em valores relativos, o que enfatiza a relevância desse estudo.

No que se refere à situação de domicílio, segundo dados do IBGE (2010), a maioria dos domicílios de uso ocasional do estado do Pará⁶ estavam na área urbana (55,3%) em detrimento da área rural (44,7%). Essa característica é semelhante à maioria das unidades da federação do país⁷, 18 de 27 (IBGE, 2010), o que destaca a preferência na construção e na manutenção pelos proprietários em áreas com maior adensamento populacional e disponibilidade de serviços públicos e privados.

No tocante ao estado do Pará, quinze municípios detêm 84,2% das pessoas (33.477) com rendimento médio mensal superior a cinco salários-mínimos⁸; e somente a capital, Belém, detém 59,2% (23.548 pessoas) de todo esse grupo do estado (IBGE, 2010), visto na tabela 1.

Tabela 1: Os 15 municípios do estado do Pará com a maior quantidade de pessoas com rendimento médio mensal superior a cinco salários-mínimos (2010)

Ranking	Município	V1	V2	V3	Mesorregião
1º	Belém	23.548	6,4	59,2	Metropolitana de Belém
2º	Ananindeua	2.392	1,9	6	Metropolitana de Belém
3º	Marabá	1.362	2,2	3,4	Sudeste Paraense
4º	Parauapebas	1.149	2,7	2,9	Sudeste Paraense

⁵ No total há 3,9 milhões de domicílios de uso ocasional no Brasil (IBGE, 2010). Em ordem, as maiores proporções desse tipo de domicílio foram nas seguintes unidades da federação: Santa Catarina (9,4%), Rio Grande do Sul (7,2%), Espírito Santo (7,18%), Piauí (6,9%), Tocantins (6,7%), Bahia (6,9%), Sergipe (6,6%), Minas Gerais (6,2%), Rio de Janeiro (6,2%) e São Paulo (6%), conforme IBGE (2010). As menores proporções foram: Distrito Federal (2%), Amazonas (3,3%), Rondônia (3,4%), Amapá (3,4%), Maranhão (3,9%) e Ceará (4%), de acordo com o IBGE (2010).

⁶ O número de domicílios de uso ocasional na área urbana era de 60.271, enquanto na zona rural de 48.814 (IBGE, 2010).

⁷ Apenas nos estados de Rondônia, Acre, Roraima, Tocantins, Maranhão, Piauí, Sergipe, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a proporção de domicílios de uso ocasional na zona rural é maior do que na área urbana (IBGE, 2010).

⁸ O valor do salário-mínimo em 2010 era de R\$510,00.

5°	Santarém	1.097	1,6	2,8	Baixo Amazonas
6°	Castanhal	651	1,4	1,6	Metropolitana de Belém
7°	Tucuruí	565	2,4	1,4	Sudeste Paraense
8°	Altamira	550	2	1,4	Sudoeste Paraense
9°	Redenção	404	2	1	Sudeste Paraense
10°	Paragominas	373	1,5	0,9	Sudeste Paraense
11°	Itaituba	333	1,4	0,8	Sudoeste Paraense
12°	Barcarena	279	1,1	0,7	Metropolitana de Belém
13°	Almeirim	279	3,5	0,7	Baixo Amazonas
14°	Bragança	248	0,9	0,6	Nordeste Paraense
15°	Capanema	247	1,5	0,6	Nordeste Paraense
-	estado do Pará	39.778	-	100	-

V1: Número de pessoas com ganho salarial superior a 5 salários-mínimos; V2: % da população do município com ganho salarial superior a 5 salários-mínimos; V3: % da população do município com ganho superior a 5 salários-mínimos em relação ao total desse grupo do estado do Pará.

Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (2010)

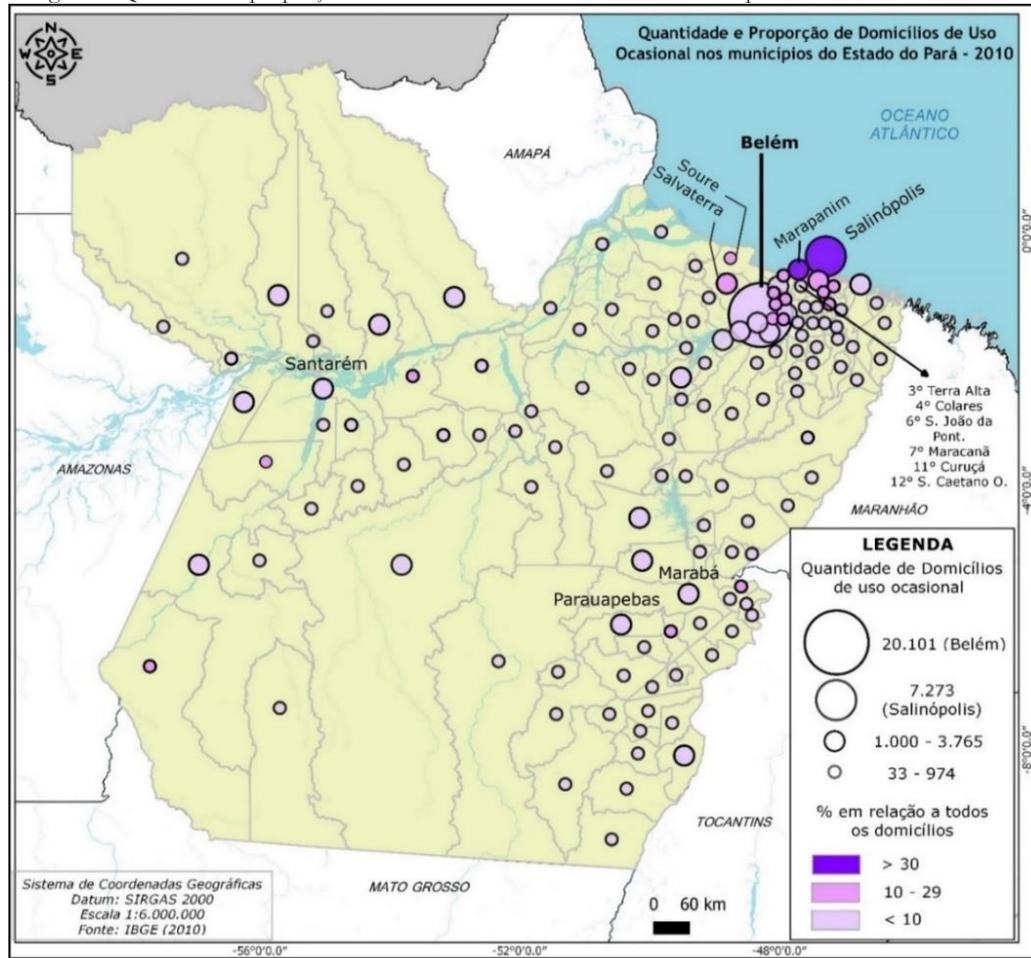
Esses dados fornecem indicativos de que os proprietários das segundas residências são em sua maioria oriundos da capital do estado, de municípios metropolitanos (Ananindeua e Castanhal), de polos de regiões geográficas imediatas (Marabá, Parauapebas, Santarém, Tucuruí, Altamira, Redenção, Paragominas, Itaituba, Almeirim, Bragança e Capanema), e outros municípios⁹ (Barcarena). É na metrópole, nas cidades metropolitanas e nas cidades médias do Pará que estão concentrados as populações com maior poder aquisitivo, e com condições de construir ou adquirir uma segunda residência distante do seu domicílio principal.

Conforme os dados do IBGE (2010), a maioria dos municípios paraenses com maior presença de domicílios de uso ocasional sobre o total de domicílios estão localizados no litoral (Figura 3), com destaque para: Salinópolis (40,5%); Marapanim (30,9%); Colares (17,6%); Salvaterra (16,7%); São João da Ponta (14,1%); Maracanã (13,1%); Soure (12%); Curuçá (11,5%) e São Caetano de Odivelas (11,4%). Apenas os municípios de Terra Alta (12,1%), Aveiro (12,1%) e Jacareacanga (12,1%) que estão entre os doze maiores, encontram-se fora da linha de costa¹⁰ (IBGE, 2010). Nesse contexto, infere-se que a segregação socioespacial em decorrência do uso temporário de domicílios ocorre com maior veemência nos municípios de Salinópolis e de Marapanim, devido à abundância de segundas residências que destoam da maioria dos domicílios particulares ocupados.

⁹ O município de Barcarena é o único entre os quinze maiores que concentram a quantidade de pessoas com rendimento médio mensal superior a cinco salários-mínimos o qual não compõem a Região Metropolitana de Belém (RMB), e nem se apresenta como um polo de uma região geográfica imediata. Não obstante, o município é limítrofe ao município de Belém, e apresenta fluxos de pessoas e mercadorias com Belém superior a alguns municípios da RMB (como Santa Bárbara do Pará e Santa Izabel do Pará). Embora não seja parte da RMB, do ponto de vista geográfico, suas relações de produção e circulação claramente a configuram como um entorno metropolitano da capital (RIBEIRO, 2017). Por outro lado, está em estudo pela Assembleia Legislativa do estado do Pará o Projeto de Lei Complementar n° 02/2008, que sugere a inclusão dos municípios de Barcarena e Abaetetuba na Região Metropolitana de Belém. Em virtude de tal projeto, a SEDOP/PA (2018) realizou um estudo de viabilidade da expansão da RMB com a inclusão desses municípios.

¹⁰ Não obstante, para Moraes (1999) o município de Terra Alta se enquadra no conceito de município litorâneo. Conforme o autor, essa abordagem foi usada pelo MMA nos anos 1990 com os seguintes critérios: *a)* os municípios defrontantes com o mar, assim considerados em listagem dessa classe, estabelecida pelo IBGE; *b)* os municípios não defrontantes com o mar que se localizam nas regiões metropolitanas litorâneas; *c)* os municípios contíguos às grandes cidades e capitais estaduais litorâneas, que apresentam processo de conurbação; *d)* os municípios próximos ao litoral, até 50 km da linha de costa, que aloquem, em seu território, atividades e infraestruturas de grande impacto sobre a Zona Costeira, ou ecossistemas costeiros de grande relevância; *e)* os municípios estuarino-lagunares, mesmo que não defrontantes com o mar, dada a relevância desses ambientes para a dinâmica marítimo-litorânea; *e, f)* os municípios que mesmo não defrontantes com o mar, tenham todos os seus limites estabelecidos com os municípios referidos nas alíneas anteriores. O município de Terra Alta se enquadra na alínea *f*. Para mais informações sobre Terra Alta, consultar Soares *et al.* (2017).

Figura 3. Quantidade e proporção de domicílios de uso ocasional nos municípios do estado do Pará - 2010



A partir da figura 3, percebe-se a maior proporção de segundas residências em municípios costeiros do Pará. Entre as razões que explicam essa circunstância está a presença de praias e o fortalecimento do “turismo de Sol e Mar” neles, cujo maior fluxo visitantes ocorre no período de férias, feriados e aos finais de semana. A proximidade dos municípios costeiros com a Região Metropolitana de Belém também é um fator relevante para explicar a maior concentração de segundas residências neles. A figura 2 também revela que à medida em que se distancia dos municípios costeiros, sobretudo daqueles da linha de costa, a proporção dos domicílios de segunda residência torna-se mais rarefeita, cujo percentual é inferior a 10% em relação ao total de domicílios.

Na linha de costa, a faixa entre os municípios de Soure e Bragança concentra a maior proporção de segundas residências, havendo poucas no espaço à esquerda e à direita dessa faixa central. A faixa da linha de costa, à esquerda de Soure, ocupada pelo município de Chaves possui pouco apelo turístico, em virtude principalmente da dificuldade de acesso. A faixa de linha de costa à direita de Bragança é ocupada pelos municípios de Augusto Corrêa e Viseu, que possuem menor número de praias e infraestrutura precária de acesso.

É importante notar que as formações praias possuem ocorrência moderada na zona costeira paraense. Uma grande parte desta faixa litorânea é ocupada pelas chamadas “reentrâncias”, onde as fozes dos rios conectam distintas bacias hidrográficas, e possuem um alarga-

mento abrupto em direção ao mar, com a formação de estuários de transição entre a água doce dos rios e a água salgada do Oceano Atlântico (ROCHA; SOUZA; SOARES, 2018). Tais ambientes são fundamentais para a formação do ecossistema dos manguezais, os quais são importantes para as comunidades de modo de vida tradicional ali existentes (SANTOS *et al.*, 2020). Costumam, porém, ser espaços de menor atração do “turismo de Sol e Mar”, o qual é o maior fator da ocorrência dos domicílios de segunda residência (ROCHA; SOARES; MORAES, 2018). Por outro lado, podem ser dinamizados por outras práticas, como o turismo ecológico e o de base comunitária, os quais possuem presença pequena, embora crescente na zona costeira paraense (ROCHA; SOARES; MORAES, 2019). Ademais, esses tipos de turismo não têm fomentado o fenômeno das segundas residências.

Entre os municípios costeiros que possuem relevantes faixas praias se destacam Salinópolis, Marapanim e Bragança. Esses três se tornaram importantes espaços do “turismo de Sol e Mar” no espaço geográfico paraense. É importante ressaltar que a estadia ou a compra de um imóvel para o caso dos dois primeiros, Salinópolis e Marapanim, se tornou objeto de consumo não somente das classes mais ricas da capital, mas também dos residentes dos municípios da Região Metropolitana de Belém e daqueles que vivem em cidades médias. A escolha pela construção e manutenção de segundas residências nesses dois municípios não é recente, assim como em outros localizados na zona costeira (Tabela 2):

Tabela 2. Os 15 municípios do estado do Pará com maior presença de domicílios particulares de uso ocasional em 2000 e 2010

2000				
Ranking	Município	% DPUOC	Zona Costeira?	Mesorregião
1º	Salinópolis	39,7	Sim	Nordeste Paraense
2º	Marapanim	21,7	Sim	Nordeste Paraense
3º	Curuá	15,8	-	Baixo Amazonas
4º	Salvaterra	14,7	Sim	Marajó
5º	Colares	12,5	Sim	Nordeste Paraense
6º	Santa Bárbara do Pará	11,9	Sim	Metropolitana de Belém
7º	São João da Ponta	10,3	Sim	Nordeste Paraense
8º	Peixe-Boi	9,7	-	Nordeste Paraense
9º	Jurutí	9,3	-	Baixo Amazonas
10º	Santo Antônio do Tauá	9	Sim	Nordeste Paraense
11º	Maracanã	9	Sim	Nordeste Paraense
12º	Terra Alta	8,7	-	Nordeste Paraense
13º	Óbidos	8,7	-	Baixo Amazonas
14º	Oriximiná	8,5	-	Baixo Amazonas
15º	Alenquer	8,4	-	Baixo Amazonas
2010				
Ranking	Município	% DPUOC	Zona Costeira?	Mesorregião
1º	Salinópolis	40,5	Sim	Nordeste Paraense
2º	Marapanim	30,9	Sim	Nordeste Paraense
3º	Terra Alta	19,1	-	Nordeste Paraense
4º	Colares	17,6	Sim	Nordeste Paraense
5º	Salvaterra	16,7	Sim	Marajó
6º	São João da Ponta	14,1	Sim	Nordeste Paraense
7º	Maracanã	13,1	Sim	Nordeste Paraense
8º	Aveiro	12,1	-	Baixo Amazonas
9º	Jacareacanga	12,1	-	Sudoeste Paraense
10º	Soure	12	Sim	Marajó
11º	Curuçá	11,5	Sim	Nordeste Paraense
12º	São Caetano de Odivelas	11,4	Sim	Nordeste Paraense
13º	Santa Bárbara do Pará	11,1	Sim	Metropolitana de Belém
14º	Magalhães Barata	10,8	Sim	Nordeste Paraense
15º	Praíha	10,4	-	Baixo Amazonas

Nota: DPUOC (Domicílios Particulares de Uso Ocasional)

Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (2000, 2010)

A partir da tabela 2, é possível verificar que muitos municípios costeiros entraram na lista daqueles com maior proporção de segundas residências no ano de 2010. Nesse caso, podemos inferir que a ampliação e melhoria da infraestrutura turística (rodovias, serviços e equipamentos turísticos), assim como o *marketing* turístico impulsionaram a construção desse tipo de domicílio no litoral paraense. Em relação à Soure e Salvaterra, localizados na ilha do Marajó, as justificativas são semelhantes, porém o diferencial está no aumento das possibilidades de acesso por via fluvial e maior fluidez das embarcações conectando a capital a esses municípios¹¹.

No *ranking* brasileiro da representatividade dos domicílios de uso ocasional, vários municípios da Região Sul – e principalmente do estado do Rio Grande do Sul – se destacam entre os cinquenta maiores. Nessa lista, o único município paraense a constar é Salinópolis. No entanto, quando analisados a lista da Região Norte – que conta com 449 municípios –, tanto Salinópolis quanto Marapanim se destacam como os dois principais (Tabela 3):

Tabela 3. Municípios brasileiros e da Região Norte com maior presença de domicílios particulares de uso ocasional (2010)

Brasil			
Ranking	Município	UF	% DPUOC
1°	Imbé	RS	72,1
2°	Xangri-lá	RS	71,8
3°	Balneário Pinhal	RS	71,3
4°	Cidreira	RS	71
5°	Arroio do Sal	RS	71
6°	Palmares do Sul	RS	64,9
7°	Pontal do Paraná	PR	64,7
8°	Matinhos	PR	64,5
9°	Tibau	RN	63,7
10°	Jaguaruna	SC	62,2
45°	Salinópolis	PA	40,5
84°	Marapanim	PA	30,9
255°	Terra Alta	PA	19,1
Região Norte			
Ranking	Município	UF	% DPUOC
1°	Salinópolis	PA	40,5
2°	Marapanim	PA	30,9
3°	Rio dos Bois	TO	23,2
4°	Araguacema	TO	22,6
5°	Pindorama do Tocantins	TO	20,3
6°	Ferreira Gomes	AP	20,3
7°	Centenário	TO	20,3
8°	Silves	AM	20,2
9°	Ipueiras	TO	19,5
10°	Terra Alta	PA	19,1
11°	Sampaio	TO	18,6
12°	Ponte Alta do Bom Jesus	TO	17,9
13°	Colares	PA	17,6

Nota: DPUOC (Domicílios Particulares de Uso Ocasional)

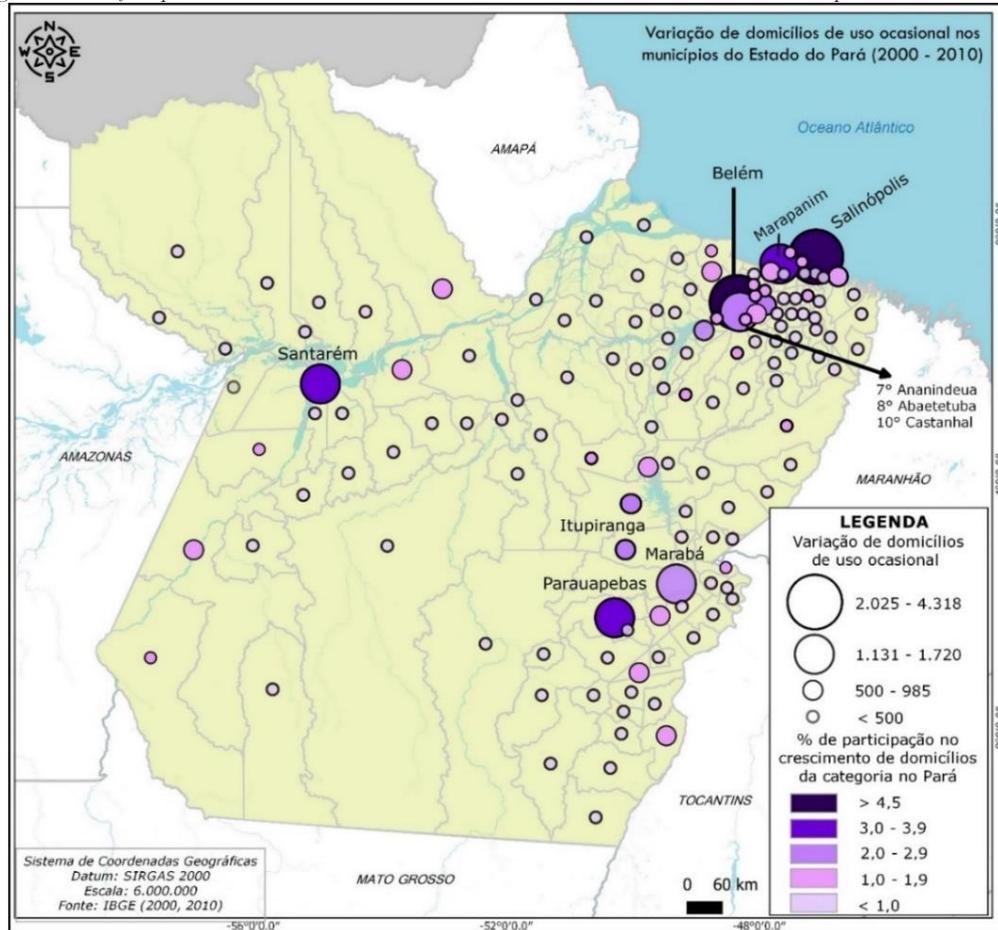
Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (2010)

No que se refere à variação da quantidade de domicílios de uso ocasional no estado do Pará

¹¹ Para efeito de comparação, há duas opções diárias de deslocamento da capital até esses municípios vizinhos (por barco no Terminal Hidroviário de Belém, e por balsa, no Terminal Hidroviário de Icoaraci, Distrito de Belém), enquanto para o município de Chaves, por exemplo, não há ligação direta com o município de Belém. Para se deslocar entre Belém e Chaves é necessário acessar a capital amapaense, Macapá (por via aérea ou fluvial, a partir de Breves, localizada nos furos que conectam o estuário amazônico ao estuário tocantino) e de lá seguir por via marítima.

entre 2000 e 2010, as maiores expansões – em números absolutos – ocorreram em alguns municípios da zona costeira (Salinópolis, Marapanim e Curuçá); em Belém e municípios adjacentes (Ananindeua, Abaetetuba, Benevides e Castanhal); alguns centros regionais (Santarém, Marabá e Parauapebas) e outros municípios do Sudeste Paraense (Itupiranga, Conceição do Araguaia e Novo Repartimento), conforme a figura 4:

Figura 4. Variação quantitativa de domicílios de uso ocasional entre 2000 e 2010 nos municípios do estado do Pará



Fonte: Elaboração própria a partir do IBGE (2010)

É possível visualizar na figura 4, o menor crescimento absoluto – abaixo de 500 unidades – dos domicílios de uso ocasional em municípios: *a*) ao longo do Rio Amazonas (com exceção de Santarém, Prainha e Almeirim); *b*) na porção centro-oeste da Ilha do Marajó; *c*) no baixo curso do Rio Tocantins (Baixo Tocantins); *d*) ao longo da Rodovia Transamazônica (BR-230); *e*) no Nordeste Paraense, mas distantes do Litoral; *f*) no limite do estado do Pará com os estados do Maranhão e do Tocantins. Essas são as porções do território paraense nas quais o fenômeno da construção de domicílios de segunda residência é incipiente.

Entre as razões que explicam a baixa existência dos domicílios de uso ocasional em alguns deles, destacam-se: *a*) dificuldades de acesso por transporte rodoviário; *b*) limitação na oferta de serviços e equipamentos turísticos; *c*) *marketing* e promoção ineficientes do turismo; *d*) baixa articulação público-privado no provimento de infraestrutura; *e*) fomento público a outras atividades econômicas em detrimento do turismo; *f*) preferência por outros municípios com melhor estrutura turística. Muitos desses fatores se combinam ou alguns deles correspondem às

maiores dificuldades em atrair turistas, excursionistas e/ou promotores imobiliários; e inevitavelmente, inibem à construção de domicílios voltados ao uso ocasional.

A figura 4 também destaca aqueles municípios com as maiores participações no crescimento de segundas residências de todo o estado do Pará: Belém (9,9%), Salinópolis (4,6%), Marapanim (3,9%), Parauapebas (3,5%) e Santarém (3,4%). A partir disso, pode-se afirmar que a capital do Pará e esses quatro municípios do interior são aqueles com maior participação no crescimento bruto de segundas residências, totalizando 25,3% do total. Entre as características similares dos municípios estão principalmente: *a) marketing* turístico eficiente; *b) maior* articulação público-privado no provimento de serviços e equipamentos turísticos; *c) rodovias* em bom estado de conservação; *d) presença* de grandes atrativos naturais, entre outros.

Além disso, temos a formação de praias como ponto em comum, embora tratem-se, na realidade, de fenômenos paisagísticos distintos. Salinópolis e Marapanim estão na linha de costa, defrontante com o mar, portanto, possuem formação autêntica de praias, e no caso do primeiro, também de dunas, que se destacam como particularidade frente à generalidade das reentrâncias com planícies ocupadas pelos manguezais (ROCHA; SOUZA; SOARES, 2018).

Belém, por seu turno, possui praias fluviais que possuem a influência do movimento das marés nos seus distritos insulares que funcionam como primeira zona de domicílios de uso ocasional para a população da porção continental do município. É o caso particular de Mosqueiro, Outeiro e, em menor nível, da ilha de Cotijuba. Na foz do Rio Tapajós, Santarém possui várias praias fluviais, com destaque para as do Distrito de Alter do Chão. Parauapebas, município cuja economia e sociedade local orbitam a mineração é um caso particular. No concernente à relação entre a expansão de segundas residências especificamente com a atividade turística, cabe enfatizar alguns pontos.

O município de Belém¹², capital do estado do Pará, é a segunda maior metrópole da Amazônia. Belém possui como maior polo de concentração de segundas residências, o Distrito de Mosqueiro, detentor de diversas praias fluviais com influência do fenômeno das marés. Trata-se de uma grande ilha, localizada na porção norte do município, com aproximadamente 17 km de praias fluviais. Em decorrência dessa particularidade, há grande abundância de segundas residências em Mosqueiro com 11.768 unidades ou 52,86% do seu total (IBGE, 2010). É a maior concentração desse tipo de domicílio entre todos os distritos dos municípios paraenses (IBGE, 2010). As razões que ajudam a compreender esse fenômeno são principalmente: maior proximidade das sedes municipais da Região Metropolitana de Belém e litoral extenso com várias praias e serviços voltados ao atendimento de turistas e excursionistas.

Já o município de Salinópolis é um dos principais balneários paraenses. Na realidade, trata-se do principal destino das férias de verão, especialmente da classe média de Belém, e possui a melhor infraestrutura voltada ao turismo (SOUZA, 2014). Salinópolis é conhecida por suas praias oceânicas exuberantes – com destaque para as praias de Farol Velho, Corvina, Maçarico e as da Ilha do Atalaia, dentre outras – e pelo seu volume de *shows* de artistas regionais e nacionais na alta temporada. Abriga filiais das principais redes de restaurantes, farmácias e hipermercados da Região Metropolitana de Belém. Também concentra bares, hotéis, pousadas e uma série de serviços especializados, além de uma orla revitalizada.

¹² Em 2019, na estimativa oficial do IBGE, o município de Belém possuía 1.492.745 habitantes, enquanto a sua Região Metropolitana – composta pelos municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará e Castanhal – possuía 2.505.242 habitantes. Para efeito de comparação, em 2019, o município de Manaus possuía 2.182.763 habitantes, enquanto a Região Metropolitana de Manaus possuía 2.676.936 habitantes.

Um destaque é também o fenômeno ambientalmente negativo e “tradicional” da circulação livre pelas praias de veículos automotivos em Salinópolis. Algo bastante destacado pela mídia, principalmente devido à frequência de episódios em que alguns desses veículos terminam carregados pelo mar, na maré alta. Este fenômeno negativo pode estar próximo do seu fim, pois em virtude de forte pressão dos movimentos ambientalistas, tramita na Assembleia Legislativa do estado do Pará um projeto de lei que proíbe a circulação de veículos em praias paraenses. O projeto, aprovado pela Comissão de Meio Ambiente da casa legislativa aguarda votação em plenário (UOL, 2019). Entretanto, há um *lobby* grande para que este projeto de lei não seja aprovado. Há temores de que prejudique o turismo no município. Contudo, diante dos fatos apontados é compreensível o porquê das intensas construções de domicílios de uso ocasional na cidade, uma vez que as classes mais abastadas privilegiaram a cidade como foco do turismo no Pará. Atualmente, nota-se também a expansão de loteamentos e de condomínios e *resorts* de alto padrão no município, sobretudo na Ilha do Atalaia.

Em relação a Marapanim, o município também se destaca pela abundância de igarapés ou balneários, localizados principalmente na área de influência do rio Marapanim e do rio Maú; assim como suas particularidades no âmbito cultural imaterial, como: grupos e eventos de carimbó; bandas de música e manifestações religiosas (PARÁ, 2017a). O seu grande destaque, porém, é a praia de Marudá, vila que dista 25 km da cidade de Marapanim, e que concentra boa oferta de meios de hospedagem, serviços destinados ao turismo e segundas residências (68,87% do total), segundo o IBGE (2010). Vilas menores como Crispim e Camará também possuem imóveis de uso ocasional e serviços voltados ao turismo, mas em nível complementar a Marudá.

No que concerne ao município de Santarém, sua sede é a maior cidade do Oeste do Pará e o grande polo da bacia do Tapajós. Santarém possui um aeroporto internacional, cuja movimentação de passageiros foi a quinta maior da Região Norte do país (PARÁ, 2017b). Trata-se de famoso destino turístico cujo maior polo de atração é o Distrito de Alter do Chão, cuja vila dista 29 km da sede municipal (PARÁ, 2017b). Além das praias fluviais espraiadas pelo distrito, entre as vilas de Alter do Chão, Ponta de Pedras e Pindobal, há ainda o destaque para o sistema de cavernas que abriga pinturas rupestres que estão entre as mais antigas do continente americano, com aproximadamente 12 mil anos. As praias e a força do Ecoturismo no município são justificativas que explicariam a construção de domicílios de segunda residência no local.

Já o município de Parauapebas – localizado no Sudeste Paraense – é particular nessa lista. Este município possui como principais atrações turísticas: o Parque Zoológico da Vale em Carajás, cachoeiras, cavernas, grutas e diversos eventos religiosos, ecológicos e esportivos (PARÁ, 2017c), sendo que a maior parte deles localizados em uma unidade de conservação de uso sustentável: a Floresta Nacional de Carajás (FLONA Carajás), administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

O município também é sede do maior complexo de mineração do mundo – o da VALE – e de uma ferrovia que escoar distintos minerais até o Porto de Itaqui no Estado do Maranhão (PARÁ, 2017c). Além do Aeroporto de Carajás, localizado a meio caminho entre a sede municipal de Parauapebas e a *Company Town* de Carajás, seus destaques turísticos, portanto, são o turismo ecológico e o turismo de negócios. Há que se considerar, porém, a possibilidade de que neste município a concentração de domicílios de segunda residência não esteja relacionada ao fenômeno do turismo¹³.

¹³ O município de Parauapebas é o quinto em população no estado do Pará, com 208.783 habitantes em 2019, e sua sede

Ruschmann *et al.*, (2015) afirma que além da segunda residência ser um local de descanso e lazer; o imóvel também é um investimento rentável. A partir disso, podemos inferir que muitos investimentos imobiliários voltados à segunda residência foram realizados em todo o estado do Pará, mas principalmente nos arredores de Belém, em centros urbanos médios e algumas cidades litorâneas fora do eixo metropolitano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa apontaram a expansão do número de municípios costeiros entre aqueles com maior presença de domicílios de uso ocasional entre 2000 e 2010 no estado do Pará. Assim, há predominância da zona costeira, sobretudo na faixa que se estende do município de Soure ao município de Bragança, na concentração de segundas residências. Quando individualizados os municípios, Salinópolis e Marapanim são aqueles que possuem de forma mais acentuada os domicílios de uso ocasional em todo o estado do Pará, e em toda a Região Norte do Brasil.

Ao contrário, quanto mais se afasta da zona costeira do estado do Pará, mais rarefeito se torna o fenômeno de segundas residências. Em números absolutos, os municípios de Belém, Salinópolis, Marapanim, Parauapebas e Santarém, nessa ordem, são aqueles onde houve maior acréscimo de domicílios de uso ocasional entre 2000 e 2010. Por fim, os domicílios voltados às segundas residências são pouco representativos na maioria dos municípios paraenses, principalmente quando comparados àqueles dos estados da Região Sul e Região Sudeste do país.

A predominância desse fenômeno na zona costeira, em particular na linha de costa, levanta questões acerca dos contraditórios interesses quanto aos usos do território, uma vez que esse recorte espacial tem sido desde o início dos anos 2000 alvo de intensa política ambiental, com a implantação de unidades de conservação, em particular, reservas extrativistas nas faixas de manguezais. Rocha, Soares e Moraes (2019) consideraram os domicílios de uso ocasional como um dos “vetores técnico-industriais” (indutores da urbanização) em conflito ou, pelo menos, coexistência competitiva e contraditória com os “vetores técnico-ecológicos”. Assim, a pesquisa também aponta a concentração de domicílios de uso ocasional como indicador de possíveis conflitos socioambientais, especialmente na zona costeira.

REFERÊNCIAS

- ARRAIS, Tadeu Alencar. Integração do mercado imobiliário e segunda residência – Brasil metropolitano. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 49-62, 2014.
- ASSIS, Lenilton Francisco de. **Entre o turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade** – Camocim/CE. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI:10.11606/T.8.

municipal se localiza a uma distância rodoviária de 169,3 km da sede municipal de Marabá. Este último, por sua vez, é o quarto município mais populoso do estado, contando, em 2019, com 279.349 habitantes. Marabá, historicamente, possui a polarização de serviços no Sudeste do estado do Pará, sendo considerada uma cidade média. Parauapebas, por sua vez, passa por um crescimento acelerado, tendo sua expansão urbana e demográfica como fenômenos recentes. Uma hipótese de trabalho para esse caso particular diz respeito à relação de domicílios de segunda residência em Parauapebas por habitantes que residam em Marabá. As condições que levam à construção desses imóveis de segunda residência podem estar relacionadas ao turismo ou ao negócio direto da mineração e atividades subsidiárias. Para mais informações consultar Leite, Soares e Trindade (2016).

2012.tde-23052012-220752.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: a era da informação**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

COSTA, Antonio Jadersmar da; LOPES, Rosa Maria Rodrigues; RODRIGUES, João Freire. Segunda residência na dinâmica urbana da cidade de Portalegre (Rio Grande do Norte/RN, Brasil). **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 1-21, 2017.

FENZL, Norbert; SOMBRA, Daniel; CANTO, Otávio do; FARIAS André; NASCIMENTO, Fernanda. Os “Grandes Projetos” e o processo de urbanização na Amazônia brasileira: consequências sociais e transformações territoriais. **InterEspaço**, Grajaú, no prelo.

GUSMÃO, Luiz Henrique Almeida; SOARES, Daniel Araújo Sombra. Produção desigual do espaço: o processo de verticalização em Belém (PA). **Contribuciones a las ciencias sociales**, Málaga, v. 39, p. 1-17, 2018.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo, 2005.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Tabela 1310 – Domicílios recenseados, por espécie e situação do domicílio. Resultados Preliminares do Universo. 2000. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1310>. Acesso em 5/5/2020.

_____. Tabela 1310 – Domicílios recenseados, por espécie e situação do domicílio. Resultados Preliminares do Universo. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1310>. Acesso em 5/5/2020.

_____. Tabela 1385 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, responsáveis pelos domicílios particulares, por cor ou raça, segundo sexo e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar per capita. Resultados Preliminares do Universo. 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1385>. Acesso em 5/5/2020.

_____. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5361.pdf. Acesso em 5/6/2020.

KIYOTAMI, Ilana Barreto. Paisagem: as modificações através do turismo de segundas residências nas praias de Jacumã, Carapibus e Tabatinga – Conde/PB, Brasil. In: *VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – UCS*. **Anais...** Caxias do Sul, RS, 2012.

LARRABURE, Sara Pugliese. O fenômeno da segunda residência: o caso do Rio Grande entre os estados de São Paulo e de Minas Gerais. **GEOUSP**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 93-105, 2009.

LEITE, Alegria dos Santos; SOARES, Daniel Araújo Sombra; TRINDADE, José Raimundo Barreto. Renda mineral e grande capital na Amazônia: a exploração das minas de Carajás pela Companhia Vale. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 24, p. 55-78, 2016.

MARTINELLI, Marcelo. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Dados e fatos 2019. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/>. Acesso em 5/5/2020.

LOPES JUNIOR, Wilson Martins. Turismo de segunda residência na orla do distrito de São Tomé em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. **Geografia Ensino & Pesquisa**. v. 10. n. 1. jan./abr. 2015.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil: elementos para uma geografia do Litoral Brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 1999.

NUNES, Maria Rita Oliveira. As consequências das segundas residências no mercado de hos-

pedagem de Tibau do Sul – RN. **Revista de Turismo Contemporâneo-RTC**, Natal, v. 4, n. 1, p. 88-111, 2016.

PARÁ. GOVERNO DO ESTADO. Inventário Turístico de Marapanim/PA. 2017a. Disponível em: http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/iot_marapanim2_0.pdf. Acesso em: 5/5/2020.

_____. Inventário Turístico de Santarém/PA. 2017b. Disponível em: http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/iot_marapanim2_0.pdf. Acesso em: 5/5/2020.

_____. Inventário Turístico de Parauapebas/PA. 2017c. Disponível em: http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/iot_marapanim2_0.pdf. Acesso em: 5/5/2020.

PIRAUX, Marc; SOARES, Daniel Sombra; SIMÕES, Aquiles; TAVARES, Francinei Bentes. A relação entre diversidade espacial e diversidade da agricultura familiar no Território Baixo Tocantins. In: SIMÕES, Aquiles; RODRIGUES, Eliana Teles; ROCHA, Gilberto de Miranda; GRANCHAMP, Laurence. (Org.). Reinvenções territoriais: diversidade e aprendizagem sociais. Belém: NUMA/UFPA, 2019, p. 43-76.

RIBEIRO, Willame de Oliveira. **Interações espaciais na rede urbana do Nordeste do Pará**: particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal. 356f. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017.

ROCHA, Gilberto de Miranda; SOUZA, Geisa Bethania Nogueira de; SOARES, Daniel Araújo Sombra. Unidades de paisagem e morfologia da zona costeira. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; MORAES, Sérgio Cardoso de. **Uso do território e gestão da zona costeira do estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, 2018, 35-47.

ROCHA, Gilberto de Miranda; SOARES, Daniel Araújo Sombra; MORAES, Sérgio Cardoso de. Estruturas espaciais, dinâmicas territoriais e vetores de desenvolvimento na zona costeira paraense. In: ROCHA, Gilberto de Miranda; MORAES, Sérgio Cardoso de. **Uso do território e gestão da zona costeira do estado do Pará**. Belém: NUMA/UFPA, 2018, 49-74.

ROCHA, Gilberto de Miranda; SOARES, Daniel Araújo Sombra; MORAES, Sérgio Cardoso de. Dinâmicas territoriais na zona costeira do estado do Pará. **Confins**, Paris, v. 42, 2019. DOI: 10.4000/confins.24132

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1999.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia pelas finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUSCHMANN, Doris Van Meene; CONCEIÇÃO, Cálidon Costa da; VIEIRA, Julia Mendes; ARNHOLD JÚNIOR, Marcos. As segundas residências e o processo recente de urbanização dos municípios de Itapema e Bombinhas – SC decorrente do uso do turismo e do lazer. **Turismo – Visão e Ação**, Itajaí, v. 17, n. 3, p. 712-736, 2015.

SABINO, André Luís. **Turismo e expansão de domicílios particulares de uso ocasional no litoral Sudeste do Brasil**. 2012. 199 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. DOI: 10.11606/T.8.2013.tde-25042013-130244.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual**: a especificidade do fenômeno urbano nos países subdesenvolvidos. São Paulo: EDUSP, 2010.

SANTOS, Márcia Cristina; CANTO, Otávio do; BASTOS, Rodolpho Zahluth; FENZL, Norbert; TUPIASSU, Lise; SOMBRA, Daniel. Conflito e gestão ambiental na zona costeira amazônica: o caso da vila do Camará, reserva extrativista (RESEX) marinha Mestre Lucindo, Ma-

- rapanim – Pará – Amazônia – Brasil, **Brazilian Journal of Development**, São José dos Pinhais, v. 6, n. 3, p. 15607-15617, 2020. DOI:10.34117/bjdv6n3-439
- SEDOP. SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS DO PARÁ. **Estudo de delimitação da Região Metropolitana de Belém**. Belém: SEDOP, 2018.
- SILVEIRA, Maria Laura. Da Fetichização dos Lugares à Produção Local do Turismo. In: RODRIGUES, A. B. **Turismo, Modernidade, Globalização**. São Paulo: Hucitec, 2002.
- SOARES, Daniel Araújo Sombra. **Subsunção do trabalho ao capital na atividade pesqueira paraense: elites locais e contraespaços**. 327f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.
- SOARES, Daniel Araújo Sombra; MORAES, Sérgio Cardoso de; LOBATO, Mateus Monteiro; MORAES, Mauro Pantoja de; ALVES, Cledson Nahum; LIMA, Bruno Roberto Gonçalves. Dinâmicas territoriais e uso da terra no município de Terra Alta (Pará-Brasil) – 1950-2010. **GeoAmazônia**, Belém, v. 5, n. 10, p. 41-67, 2017.
- SOMBRA, Daniel; LEITE, Alegria dos Santos; QUARESMA, Madson; MORAES, Mauro Pantoja de; ALVES, Cledson Nahum. Crônica espacial de Belém: espaço geográfico e classes sociais. **GeoDiálogos, Salvador**, v. 1, n. 9, p. 15-56, 2018.
- SOTRATTI, Marcelo Antonio. A produção turística das cidades atuais: imagens e representações simbólicas de espaços e lugares. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 250-271, 2011.
- SOUZA, Deiliany Lima de. **Produção do espaço, infraestrutura turística e desenvolvimento socioespacial: uma análise do complexo orla do maçarico e da urbanização da praia do Atalaia em Salinópolis/PA**. 2014. (Dissertação de Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia: Vilegiatura Marítima e MetrÓpole no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. 202p.
- TULIK, Olga. **Residências secundárias: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no Estado de São Paulo**. (Tese de livre docência), Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.
- _____. **Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada**. São Paulo: Rocca, 2001.
- UOL. Carros na praia podem ter circulação proibida segundo PL. 2019. Disponível em: <https://autopapo.uol.com.br/noticia/carros-na-praia-circulacao-proibida/>. Acesso em: 5/5/2020.